



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



BPP

**Bacharelado em
Políticas Públicas**

Universidade Federal do ABC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

São Bernardo do Campo
2023

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Dácio Roberto Matheus

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Fernanda Graziella Cardoso

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Marcos Vinicius Pó

Coordenação do Bacharelado em Políticas Públicas

Prof. Dr. Diego Sanches Corrêa - Coordenador

Profa. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias - Vice-coordenadora

Profa. Dra. Alessandra Teixeira

Profa. Dra. Carolina Gabas Stuchi

Prof. Dr. Cláudio Luis Camargo Penteado

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

Tatiane Mayumi Yanaze Picolo, Representante Discente

Equipe de Trabalho

Profa. Dra. Alessandra Teixeira

Profa. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias

Profa. Dra. Carolina Gabas Stuchi

Prof. Dr. Cláudio Luis Camargo Penteado

Prof. Dr. Diego Sanches Corrêa

Profa. Dra. Maria Luiza Levi Pahim

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres

Tatiane Mayumi Yanaze Picolo, Representante Discente

Equipe de Trabalho – Projeto Pedagógico de 2015

Prof. Dr. Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo

Profa. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias

Profa. Dra. Gabriela Spanghero Lotta

Prof. Dr. Klaus Frey

Prof. Dr. Marcos Vinicius Pó

Profa. Dra. Simone Diniz

Prof. Dr. Sidney Jard

Profa. Dra. Vanessa Elias de Oliveira

Prof. Dr. Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	4
2 DADOS DO CURSO	5
3 APRESENTAÇÃO	6
4 PERFIL DO CURSO	8
5 OBJETIVOS DO CURSO	9
5.1 OBJETIVO GERAL	9
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
6 REQUISITO DE ACESSO	10
6.1 FORMA DE ACESSO AO CURSO	10
6.2 REGIME DE MATRÍCULA	10
7 PERFIL DO EGRESSO	11
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	12
8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	12
8.2 COMPONENTES CURRICULARES PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	15
8.3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	19
8.4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO	21
9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO	22
10. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	25
11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	26
12 ESTÁGIO CURRICULAR	27
13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	28
14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	29
15 INFRAESTRUTURA	30
15.1 SALAS DE AULA.....	30
15.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS.....	30
15.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS	31
15.4 NÚCLEO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E ENSINO DE LÍNGUAS (NETEL)	33
15.5 ACESSIBILIDADE.....	34
16 DOCENTES	35
16.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	35
17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	36
18 ROL DE DISCIPLINAS	37

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07.722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015.

2 DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado em Políticas Públicas (BPP)

Diplomação: Bacharel em Políticas Públicas

Regime de Ensino: Presencial

Carga horária total do curso: 3000 horas

Tempo mínimo e máximo para integralização: tempo mínimo de 4 anos e tempo máximo de 8 anos.¹

Estágio: Imersão profissional obrigatória, através da disciplina “Observatório de Políticas Públicas” (48 horas)

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número de vagas por turno: 37 vagas

Campus de oferta: São Bernardo do Campo

Atos legais: Resolução ConsUni nº 21, de 16 de abril de 2009; Ato Decisório ConsUni nº 9, de 24 de março de 2010; Portaria MEC de Autorização nº 568, de 7 de novembro de 2013; Portaria MEC de Reconhecimento de Curso nº 495, de 29 de junho de 2015; Portaria MEC de Renovação de Reconhecimento de Curso nº 270 de 3 de abril de 2017; Portaria MEC de Renovação de Reconhecimento de Curso nº 209 de 25 de junho de 2020.

¹ Conforme Resolução CNE/MEC nº 2, de 18 de junho de 2007, e Resolução ConsEPE nº 166, de 8 de outubro de 2013.

3 APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do ABC (UFABC) é resultado de uma concepção inovadora para o ensino superior e contempla uma demanda histórica por uma universidade pública inclusiva sediada na região do grande ABC. Estabelecida pela lei 11.145, de 26 de julho de 2005, seus primeiros servidores foram empossados cerca de um ano depois e a primeira turma de ingressantes iniciou a graduação em instalações provisórias em setembro de 2006. O projeto original previu uma universidade multicampi e atualmente há dois campi em funcionamento: o de Santo André desde 2006 e o de São Bernardo do Campo desde 2010.

O caráter inovador da UFABC se manifesta em sua estrutura não-departamental e no ingresso através de cursos interdisciplinares. O primeiro curso interdisciplinar a ser criado foi o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) e o segundo foi o Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H). Mais recentemente, foram criadas duas licenciaturas interdisciplinares: a Licenciatura em Ciências Humanas (LCH) e a Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE). A escolha da especialização é feita posteriormente, o que permite aos discentes se familiarizar com o ambiente universitário e com as diferentes possibilidades de trajetória acadêmica antes de tomarem sua decisão. Todos os cursos da UFABC são estruturados em três quadrimestres anuais, com períodos de recesso ocorrendo nos meses de maio, setembro e dezembro/janeiro.

O BC&H proporciona uma formação interdisciplinar com foco na área de humanidades e pode ser concluído em 3 anos. Após a sua conclusão, é possível se matricular no BPP ou em qualquer outro curso de formação específica vinculado àquele bacharelado interdisciplinar, como o bacharelado em ciências econômicas (BCE), o bacharelado em planejamento territorial (BPT), o bacharelado em relações internacionais (BRI) e o bacharelado em filosofia (BFIL). Nestes cursos de formação específica, os estudantes também colam grau e obtêm um segundo diploma. Todos eles são ofertados apenas no campus de São Bernardo do Campo.

O primeiro projeto pedagógico do BPP foi aprovado em 2010, mesmo ano em que as primeiras turmas do BC&H iniciaram suas atividades. Foi concebido como um curso que estimula diálogos em zonas fronteiriças das diferentes áreas de conhecimento, como a ciência política, administração pública, direito, sociologia, economia e história. Uma importante revisão deste projeto pedagógico ocorreu em 2015, com o objetivo de adequá-lo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Campo de Públicas, aprovadas em janeiro de 2014.² Foi fixada uma carga horária de 3008 horas e o cumprimento do estágio supervisionado através de uma disciplina obrigatória de imersão, chamada “Observatório de Políticas Públicas”. Nesta disciplina, os discentes participam de atividades em órgãos governamentais da região do ABC ou da cidade de São Paulo sob a supervisão de um docente, geralmente durante o período de recesso. É uma oportunidade para os estudantes observarem e analisarem processos de produção de políticas públicas in loco e dialogarem com burocratas, técnicos, políticos e outros atores que influenciam as diferentes etapas deste processo. São atividades de aplicação do conhecimento em ambientes de possível atuação profissional após a graduação.

Esta nova versão do projeto pedagógico, aprovada em 2023, é fruto de um segundo processo de revisão destinado a curricularizar a extensão, como previsto pela Resolução MEC/CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Ao longo do primeiro quadrimestre de 2022, foram realizadas reuniões abertas com a presença de docentes e representantes discentes do BPP, reuniões do Grupo de Trabalho instituído para organizar as atividades de revisão, reuniões com estudantes, um grupo focal com egressos do curso e uma reunião conjunta entre a coordenação e o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Após estas atividades, consolidou-se o entendimento de que o

² Resolução MEC/CNE nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

curso terá carga horária de 3000 horas e que o “Observatório de Políticas Públicas” passará a ser um componente curricular integralizador de caráter extensionista e com resolução própria. Também foi estabelecido que 312 horas, ou pouco mais de 10% do currículo, serão dedicadas a atividades de extensão, com diferentes possibilidades para a sua integralização.

Ao longo de sua história, o BPP se consolidou como um curso estratégico para a UFABC. Tradicionalmente, está entre os cursos que mais alocam docentes para as disciplinas do BC&H e para cargos administrativos da universidade, como coordenações de pós-graduação, pró-reitorias, diretorias de centro, diretorias e coordenações de núcleos estratégicos, comissões e órgãos executivos, dentre outros. Além disso, o curso promove uma formação interdisciplinar de excelência e estimula o desenvolvimento de habilidades técnicas para a atuação no setor público ou outros setores que interagem com o Estado. Nestes dez anos de existência, os egressos do curso têm atuado em órgãos da administração pública da região do ABC, de São Paulo e de outros estados, no setor privado e no terceiro setor, além de terem sido selecionados em programas de pós-graduação competitivos da própria UFABC e de outras universidades brasileiras e internacionais. O curso está entre os melhores do país, segundo avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tudo isto atesta a excelência da formação promovida pelo BPP, bem como a sua importância para a universidade, a região do grande ABC e o país.

4 PERFIL DO CURSO

O BPP é um curso regulado pelas DCNs do Campo de Públicas³ e tem como princípios fundamentais o respeito à democracia e à diversidade de opiniões, a responsabilidade com a *res publica* e a interdisciplinaridade na produção e difusão do conhecimento. O corpo docente é diverso, com professores formados em diferentes áreas. A matriz curricular é estruturada em três eixos interdisciplinares: “Estrutura e Instituições do Estado”, “Análise e Gestão de Políticas Públicas” e “Estado, Economia e Sociedade”, além de um eixo metodológico direcionado para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao longo do curso, os estudantes são estimulados a analisar e propor soluções para problemas públicos utilizando ferramentas técnicas e teóricas de distintas áreas de conhecimento. Mais do que promover a especialização em disciplinas tradicionais, o curso é um convite para percorrer as fronteiras entre elas.

As características científicas e educacionais da formação no BPP são resultado de dois processos históricos na academia brasileira e internacional. O primeiro é a consolidação das políticas públicas como subárea da ciência política. Em meados do século XX, o maior interesse por explicações científicas para as ações do Estado, com o objetivo de aperfeiçoar a produção de políticas públicas, gerou um movimento intelectual com vocação interdisciplinar em prol de uma “ciência das políticas públicas”. Este movimento teve origem nos Estados Unidos e rapidamente se difundiu por outros países à medida que o Estado crescia e aumentava suas atribuições sociais e econômicas. O segundo é a consolidação da administração pública como campo disciplinar autônomo em relação à área de administração. No Brasil, seu impulso inicial remonta à reforma do Estado da era Vargas e à demanda crescente por quadros técnicos qualificados e capazes de exercer funções públicas cada vez mais complexas. Nos anos 2000 e 2010, essas duas tendências acadêmicas teve repercussões significativas na educação superior brasileira. A oferta de cursos de graduação do “campo de públicas” cresceu exponencialmente em todas as regiões do país e a criação do BPP em 2010 é parte deste fenômeno.

O curso tem sido avaliado como um dos melhores do país nas provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), sendo, portanto, uma referência nacional. A nível local, o curso cumpre uma função social importante, pois forma quadros qualificados para atuar em cargos de gestão na complexa máquina pública da região, composta pelas prefeituras, consórcio do ABC, região metropolitana e o governo do estado de São Paulo, além de cargos no setor privado e terceiro setor que demandam maior interação com a administração pública.

³ Resolução MEC/CNE nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais capacitados para atuar em processos de análise, formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, tanto na administração pública como em outros setores.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer uma formação interdisciplinar em áreas essenciais para a análise e gestão de políticas públicas, como a ciência política, administração pública, direito, sociologia, economia, antropologia, história e ciência e tecnologia;
- Fornecer capacitação técnica para a atuação em processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas, planos e projetos de interesse público.
- Desenvolver habilidades para a atuação em ambientes complexos que envolvam trabalho em equipe, grupos culturalmente diversos e situações de conflitos;
- Desenvolver competências pessoais como liderança, autonomia, comportamento ético, raciocínio lógico e crítico, criatividade e iniciativa;
- Fortalecer habilidades expressivas, como a escrita, a comunicação oral e o engajamento em debates públicos.

6 REQUISITO DE ACESSO

6.1 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao BPP se dá através do BC&H. O ingresso no BC&H ocorre de quatro formas:

1. Através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com base na nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).
2. Através de transferência externa.⁴
3. Através de transferência interna entre os cursos de ingresso.⁵
4. Através de premiações em olimpíadas de conhecimento e competições científicas, conforme editais anuais.

Após a colação de grau, ou a aptidão para colar grau, no BC&H, é possível se matricular em cursos de formação específica, dentre os quais o BPP. Todos os anos a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) publica um Edital de Chamada para Matrículas em Cursos de Formação Específica, no qual os critérios e regras para esta matrícula são divulgados. Embora seja possível integralizar qualquer bacharelado de formação específica sem matrícula no curso, discentes matriculados têm preferência para as vagas em disciplinas obrigatórias e de opção limitada.⁶

6.2 REGIME DE MATRÍCULA

No quadrimestre de ingresso no BC&H, as matrículas são automáticas. A partir do segundo quadrimestre, os estudantes têm autonomia para se matricular em qualquer disciplina ofertada pela universidade. Em disciplinas de alta demanda, a preferência é dada aos discentes matriculados no curso, com melhor desempenho acadêmico e que estão mais próximos de concluir a graduação. A forma como esses critérios são aplicados é definida regularmente através de portarias da ProGrad publicadas em seu site institucional (<https://prograd.ufabc.edu.br/>). É sempre recomendável cursar as disciplinas seguindo a ordem das matrizes ideais do BC&H e do BPP, embora isto não seja obrigatório. Estas matrizes são apresentadas na seção 8.4 deste projeto pedagógico.

Em resumo, há duas categorias de matrícula: no curso e em disciplinas. A matrícula no curso é importante porque garante prioridade nas vagas de disciplinas obrigatórias e de opção limitada. A matrícula em disciplinas é automática no quadrimestre de ingresso, passando a ser livre e suscetível a critérios estabelecidos pela ProGrad nos quadrimestres seguintes.⁷

⁴ Os procedimentos para transferência externa são regulados pela Resolução ConsEPE nº 254/2022.

⁵ Os procedimentos para transferência interna entre cursos de ingresso são regulados pela Resolução ConsEPE nº 250/2021.

⁶ A matrícula em cursos de formação específica da UFABC é regulada pela Resolução ConsEPE nº 256/2022.

⁷ A matrícula em disciplinas é regulada pela Resolução ConsEPE nº 219/2017.

7 PERFIL DO EGRESSO

O BPP oferece uma formação interdisciplinar e estimula o desenvolvimento de habilidades e competências para a atuação profissional em áreas que envolvem a ação do Estado, seja na própria administração pública, seja no setor privado ou no terceiro setor. O egresso estará habilitado para atuar na burocracia estatal, em empresas públicas ou privadas, organizações não governamentais, movimentos sindicais, sociais e culturais, cargos de assessoria política e legislativa, além de organizações internacionais, exercendo atividades de análise, planejamento, formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Também estará capacitado para competir em processos seletivos dos melhores programas de pós-graduação do país.

A matriz curricular do BPP é orientada pelas DCNs do Campo de Públicas⁸ e, portanto, busca desenvolver as competências e habilidades listadas em seu artigo 4º:

- I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

⁸ Resolução MEC/CNE nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Leis Federais

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Decretos federais

- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Resoluções da Câmara do Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação

- Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução MEC/CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
- Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.
- Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

Portarias do Ministério da Educação

- Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018. Dispõe sobre os procedimentos e processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos superiores no âmbito das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o sistema e-MEC, suas funcionalidades e perfis institucionais de acesso.
- Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018. Dispõe sobre os fluxos de processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento de cursos superiores.
- Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.
- Portaria Normativa MEC nº 332, de 13 de março de 2020. Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.
- Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

- Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

Outros Documentos do Ministério da Educação

- Parecer CNE/CES nº 3, de 10 março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Parecer CNE/CES nº 266, de 5 julho de 2011. Referenciais orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares das Universidades Federais.
- Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. 2010.

Documentos da Universidade Federal do ABC

- Projeto Pedagógico Institucional. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2017.
- Plano de Desenvolvimento Institucional. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

8.2 COMPONENTES CURRICULARES PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Na UFABC, as disciplinas são classificadas como obrigatórias, de opção limitada ou de livre escolha. Todas as disciplinas obrigatórias do curso precisam ser concluídas. As de opção limitada são eletivas e ofertadas tanto pelo próprio BPP, quanto por outros cursos. As de livre escolha são todas aquelas que compõem o catálogo de disciplinas da universidade e não são obrigatórias, nem de opção limitada. Por ser um curso vinculado ao BC&H, o BPP compartilha componentes curriculares com este bacharelado interdisciplinar. A tabela abaixo apresenta a quantidade de créditos necessários para integralizar o curso, onde cada crédito equivale a 12 horas:

Componente Curricular	Créditos			Horas
	BC&H	BPP	Total	
Disciplinas Obrigatórias	72	96	168	2016
Disciplinas de Opção Limitada		32	32	384
Disciplinas de Livre Escolha		16	16	192
Atividades de Extensão*	20	2	22	264
Atividades Complementares	48h			48
TCC		4	4	48
Imersão*		4	4	48
Total			246	3000

* O total de créditos de extensão do BPP é 26, resultado da soma dos 4 créditos de Imersão e dos 22 créditos de “Atividades de Extensão”, que podem ser obtidos através de disciplinas extensionistas e de outras atividades descritas na seção 10.

As disciplinas são ofertadas em ciclos quadrimestrais e a carga didática é distribuída nas categorias “aulas teóricas”, “aulas práticas”, “extensão” e “dedicação individual extraclasse”, identificadas pelas letras T, P, E e I, respectivamente. A soma de T e P corresponde aos créditos da disciplina. Disciplinas extensionistas, isto é, disciplinas com fator E superior a zero, geram créditos para o componente curricular “Atividades de Extensão”.

Disciplinas obrigatórias do BC&H

As disciplinas obrigatórias do BC&H são também obrigatórias no BPP e totalizam 72 créditos ou 864 horas. Elas estão agrupadas em seis eixos de conhecimento, definidos pelo projeto pedagógico do BC&H, conforme a tabela abaixo:

Eixo	Sigla	Nome	T	P	E	I	Créditos
Estado, Sociedade e Mercado	BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	0	4	4
	BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	0	4	3
	BHO1102-19	Introdução à Economia	3	0	0	4	3
	BHO0002-19	Introdução ao Pensamento Econômico	3	0	0	4	3
Pensamento, Expressão e Significado	BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	0	4	4
	BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	0	4	4
	BHP0202-19	Temas e Problemas em Filosofia	3	0	0	4	3
Espaço, Cultura e Temporalidade	BHQ0004-19	Estudos de Gênero	3	0	0	4	3
	BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	0	4	3
	BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	0	4	4
	BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	0	4	3
	BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	0	4	4
	BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	0	4	4
Ciência, Tecnologia e Inovação	BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	0	4	3
	BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	0	4	4
Epistemologia e Metodologia	BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	0	4	3
	BHO0001-19	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais	2	0	0	3	2
	BHS0005-19	Práticas em Ciências e Humanidades	1	2	0	4	3
Ciências Naturais e Formais	BCL0306-15	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	3	0	0	4	3
	BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	0	2	2
	BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	0	5	4
	BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	0	4	3
Total			68	4	0	86	72

Disciplinas obrigatórias do BPP

As disciplinas obrigatórias do BPP são ofertadas uma vez por ano e somam 104 créditos, ou 1248 horas, já somados os créditos referentes à Imersão e ao TCC I e II. Elas estão agrupadas em quatro eixos interdisciplinares, conforme a tabela abaixo. A disciplina de imersão “Observatório de Políticas Públicas” tem caráter extensionista e cumpre função similar à de um estágio supervisionado.

Eixo	Sigla	Nome	T	P	E	I	Créditos
Análise e Gestão de Políticas Públicas	ESHPO31-22	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	2	2	0	4	4
	ESHPO09-22	Burocracia e Implementação de Políticas Públicas	4	0	0	4	4
	ESHPO14-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	0	4	4
	ESHT010-17	Métodos de Planejamento	3	1	0	4	4
	ESHPO30-22	Orçamento Público	4	0	0	4	4
	ESHPO27-14	Poder Local	4	0	0	4	4
	ESHPO32-22	Poder Legislativo e Processo Decisório	4	0	0	4	4
	ESHPO28-22	Políticas Digitais, Dados e Gestão Algorítmica	4	0	0	4	4
Estrutura e Instituições do Estado	ESHPO29-14	Teoria e Gestão de Organizações Públicas	4	0	0	4	4
	ESHPO21-13	Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil	4	0	0	4	4
	ESHPO12-22	Direito Administrativo	4	0	0	4	4
	ESHPO13-22	Direito Constitucional	4	0	0	4	4
	ESHPO07-13	Federalismo e Políticas Públicas	4	0	0	4	4
	ESHPO23-22	História das Instituições Políticas Brasileiras	4	0	0	4	4
Estado, Economia e Sociedade	ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4	0	0	4	4
	ESHPO19-22	Regimes e Formas de Governo	4	0	0	4	4
	ESHPO04-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	0	4	4
	ESHPO05-13	Conflitos Sociais	4	0	0	4	4
	ESHPO22-14	Cultura Política	4	0	0	4	4
	ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	0	0	4	4
Metodologia de Pesquisa e TCC	ESHPO26-14	Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	4	0	0	4	4
	ESHPO18-14	Políticas Sociais	4	0	0	4	4
	ESHPO24-22	Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas	2	2	0	4	4
	ESHPO16-22	Métodos Quantitativos em Políticas Públicas	2	2	0	4	4
Imersão	ESHPO902-22	TCC de Políticas Públicas I	0	2	0	6	2
	ESHPO903-22	TCC de Políticas Públicas II	0	2	0	6	2
Total	ESHPO25-22	Observatório de Políticas Públicas	0	4	4	4	4
			89	15	4	108	104

Disciplinas de Opção Limitada:

Para integralizar o curso, os discentes precisam completar um mínimo de 32 créditos em disciplinas de opção limitada. As disciplinas ofertadas pelo BPP são classificadas de acordo com os mesmos eixos das disciplinas obrigatórias, além dos eixos adicionais “Políticas Setoriais” e “Disciplinas Transversais”. As disciplinas ofertadas por outros cursos possibilitam aos discentes dar ênfase temática a áreas de domínio destes cursos. É possível se matricular em disciplinas de uma mesma ênfase em quase todos os quadrimestres ideais, o que dá sentido à ordem das disciplinas cursadas e permite o acúmulo gradual de conhecimento na ênfase escolhida. Embora sejam temas de domínio de outros cursos, são afins ao BPP e têm papel complementar na formação discente.

O único requisito para a integralização do curso é o cumprimento de pelo menos 32 créditos de disciplinas de opção limitada, sejam elas quais forem. Portanto, os discentes têm autonomia

para se matricular em disciplinas de uma mesma ênfase, de ênfases diferentes, ou naquelas oferecidas pelo BPP. A lista completa das disciplinas de opção limitada está no Documento Complementar I, que acompanha este projeto pedagógico.

Disciplinas de Livre Escolha

São necessários 16 créditos em disciplinas de livre escolha para integralizar o curso. Nesta categoria estão todas as disciplinas listadas no catálogo da universidade que não são nem obrigatórias e nem de opção limitada para o BPP. Disciplinas de pós-graduação e disciplinas cursadas em outras Instituições de Ensino Superior também podem contar como de livre escolha, se aprovadas pela Coordenação.⁹

⁹ Conforme prevê a Resolução C.G. nº 23 de 2019.

8.3 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular e a autonomia dos estudantes são princípios que orientam a formação no BPP e em todos os outros cursos da UFABC. As disciplinas obrigatórias estimulam reflexões nas fronteiras entre áreas tradicionais de conhecimento; as disciplinas de opção limitada permitem diferentes ênfases em conteúdos complementares à formação; e as disciplinas de livre escolha possibilitam o acesso a temas de todos os cursos da universidade, ainda que em áreas de conhecimento menos afins ao BPP. Os discentes precisam cumprir todas as disciplinas obrigatórias, mas têm autonomia para escolher disciplinas de opção limitada e de livre escolha, que juntas compõem cerca de um quinto do currículo. Além disso, apesar de a matriz ideal orientar a trajetória discente, todas as disciplinas podem ser cursadas fora do quadrimestre ideal, já que possuem apenas recomendações e não pré-requisitos para a matrícula. As únicas exceções são o TCC e o Observatório de Políticas Públicas, que exigem um determinado coeficiente de progressão (CP_k) para a matrícula e devem ser cursadas nos momentos finais da graduação.¹⁰

As disciplinas são ofertadas em salas equipadas com computadores e projetores. Os docentes possuem autonomia para definir suas estratégias pedagógicas nas disciplinas que lecionam, as quais podem envolver atividades em laboratórios de informática, o uso de softwares específicos, visitas de campo e ações de extensão. Incentiva-se o uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), como suporte para o ensino presencial. O Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL) da UFABC oferece cursos de capacitação para docentes e discentes no uso de plataformas virtuais e o rol de ferramentas digitais disponíveis está em constante atualização. Hoje, as AVAs mais frequentes em disciplinas do BPP são o Moodle e o Sigaa. A ConferênciaWeb RNP é a ferramenta de webconferência mais utilizada para atividades remotas síncronas, por ter financiamento público federal e ser de livre acesso na universidade.

No BPP, três componentes curriculares são direcionados para a aplicação do conhecimento adquirido ao longo da graduação. O primeiro é a extensão. São diversas as possibilidades para o cumprimento de créditos de extensão em atividades que envolvem interações diretas com a sociedade e que dão protagonismo ao discente nestas interações. Estas possibilidades estão descritas na seção 10 deste projeto pedagógico. O segundo é a imersão, através da disciplina Observatório de Políticas Públicas. Sob a supervisão de um professor, os estudantes participam de atividades intensivas em ambientes de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. O terceiro é o TCC. Em disciplinas de metodologia ofertadas no nono e no décimo quadrimestres ideais, os estudantes têm acesso a diferentes abordagens e ferramentas para a realização da pesquisa que dará origem ao trabalho final. Este trabalho é elaborado ao longo de três quadrimestres, tendo início com a construção de um projeto de pesquisa na disciplina “Metodologia Qualitativa e Desenho de Pesquisa para o TCC em Políticas Públicas”. A pesquisa e a redação do trabalho são realizadas sob a orientação de um professor nos dois quadrimestres seguintes, através das matrículas em TCC de Políticas Públicas I e TCC de Políticas Públicas II.

A inclusão é um dos pilares da UFABC e um conjunto de políticas internas busca dar suporte aos estudantes em suas trajetórias. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) apoia discentes com deficiências, através de seu Núcleo de Acessibilidade. O auxílio monitoria inclusiva, por exemplo, garante o acompanhamento do estudante por um monitor em suas atividades acadêmicas. A ProAP também conta com intérpretes e tradutores de Libras, para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência auditiva em aulas, palestras e eventos. Além disso, os docentes são orientados a adaptar suas estratégias pedagógicas para garantir a

¹⁰ O coeficiente de progressão (CP_k) indica o percentual de componentes curriculares do curso que o estudante já concluiu. Sua fórmula é definida pela Resolução ConsEPE nº 147/2013.

discentes com qualquer tipo de deficiência o acesso pleno ao conteúdo dos cursos. Estudantes em situação de vulnerabilidade social podem solicitar auxílios socioeconômicos destinados a garantir a permanência estudantil. Finalmente, a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) possui um Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT) que permite aos discentes serem acompanhados por um tutor e receberem orientações individualizadas ao longo da graduação.

Em atendimento às diretrizes nacionais previstas em leis e normas do MEC, diversas disciplinas obrigatórias, de opção limitada e de livre escolha abordam a educação ambiental, a educação em direitos humanos e a educação das relações étnico-raciais, como pode ser visto na seção anterior. Os discentes têm acesso a estes conteúdos desde o ingresso no bacharelado interdisciplinar até a conclusão do BPP. Além disso, a universidade tem núcleos de pesquisa, onde os discentes podem participar de atividades e realizar pesquisas com docentes envolvidos com estes temas.

8.4 APRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO

A matriz abaixo é a ideal. Ela indica o quadrimestre em que cada disciplina obrigatória do BC&H e do BPP será ofertada, numa sequência que favorece o acúmulo gradual de conhecimento em cada eixo. Esta matriz orienta a trajetória discente, mas as disciplinas podem ser cursadas a qualquer momento.

1º ano	Q1 17 créditos	Bases Computacionais da Ciência (0-2-0-2)	Estrutura e Dinâmica Social (3-0-0-4)	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais (2-0-0-3)	Interpretações do Brasil (4-0-0-4)	Identidade e Cultura (3-0-0-4)	Temas e Problemas em Filosofia (3-0-0-4)	Atividades Complementares (48 horas)	Atividades de Extensão (22 créditos)
	Q2 18 créditos	Ciência, Tecnologia e Sociedade (3-0-0-4)	Pensamento Crítico (4-0-0-4)	Estado e Relações de Poder (4-0-0-4)	Formação do Sistema Internacional (4-0-0-4)	Introdução ao Pensamento Econômico (3-0-0-4)			
	Q3 18 créditos	Biodiversidade: Interações entre organismos e ambiente (3-0-0-4)	Bases Matemáticas (4-0-0-5)	Ética e Justiça (4-0-0-4)	Território e Sociedade (4-0-0-4)	Estudos Étnico-Raciais (3-0-0-4)			
2º ano	Q4 16 créditos	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna (3-0-0-4)	Introdução à Probabilidade e à Estatística (3-0-0-4)	Estudos de Gênero (3-0-0-4)	Desenvolvimento e Sustentabilidade (4-0-0-4)	Introdução à Economia (3-0-0-4)			
	Q5 20 créditos	História das Instituições Políticas Brasileiras (4-0-0-4)	Introdução às Políticas Públicas (4-0-0-4)	Cidadania, Direitos e Desigualdades (4-0-0-4)	Cultura Política (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
	Q6 20 créditos	Regimes e Formas de Governo (4-0-0-4)	Poder Legislativo e Processo Decisório (4-0-0-4)	Políticas Sociais (4-0-0-4)	Conflitos Sociais (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
3º ano	Q7 20 créditos	Federalismo e Políticas Públicas (4-0-0-4)	Burocracia e Implementação de Políticas Públicas (4-0-0-4)	Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas (4-0-0-4)	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
	Q8 20 créditos	Direito Constitucional (4-0-0-4)	Métodos de Planejamento (3-1-0-4)	Teoria e Gestão das Organizações Públicas (4-0-0-4)	Disciplina de Livre Escolha (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
	Q9 23 créditos	Direito Administrativo (4-0-0-4)	Poder Local (4-0-0-4)	Métodos Quantitativos em Políticas Públicas (2-2-0-4)	Disciplina de Livre Escolha (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)	Práticas em Ciências e Humanidades (1-2-0-4)		
4º ano	Q10 20 créditos	Instituições Judiciais e Políticas Públicas (4-0-0-4)	Trajетórias das Políticas de CT&I no Brasil (4-0-0-4)	Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas (2-2-0-4)	Disciplina de Livre Escolha (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
	Q11 18 créditos	Orçamento Público (4-0-0-4)	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas (2-2-0-4)	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas I (0-2-0-6)	Disciplina de Livre Escolha (4-0-0-4)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)			
	Q12 14 créditos	Observatório de Políticas Públicas (0-4-4-4)	Políticas Digitais, Dados e Gestão Algorítmica (4-0-0-4)	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas II (0-2-0-6)	Disciplina de Opção Limitada (4-0-0-4)				

Legenda

- Estrutura e Instituições do Estado
- Análise e Gestão de Políticas Públicas
- Estado, Economia e Sociedade
- Metodologia de Pesquisa e TCC
- Imersão

9 AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

A UFABC oferece serviços e programas que dão suporte à formação dos estudantes do BPP e de todos os outros cursos. Estas ações enriquecem a experiência universitária e facilitam a aquisição de habilidades e competências importantes para a vida acadêmica e profissional.

Ações da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT)

A DEAT é uma divisão da Pró-reitoria de Graduação (ProGrad) que desenvolve ações voltadas a orientar e acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA) e o Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT) auxiliam os discentes a planejar suas matrículas, entender as matrizes ideais dos cursos e enfrentar outros desafios, através de oficinas e tutorias individualizadas. Mais informações podem ser consultadas no site institucional da ProGrad (<https://prograd.ufabc.edu.br/>).

Iniciação Científica

A Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) oferece oportunidades para a realização de iniciação científica (IC) em diversas modalidades. Todos os anos são publicados editais com regras para a inscrição em programas de IC, como bolsista ou voluntário, sob a supervisão de um docente. A ProPes também disponibiliza um rol de docentes disponíveis para orientar projetos em suas respectivas áreas de interesse. As modalidades de IC regularmente oferecidas são:

- ***Pesquisando Desde o Primeiro Dia (PDPD)***: destinado a alunos ingressantes.
- ***Pesquisando Desde o Primeiro Dia – Ações Afirmativas (PDPD-AF)***: destinado a alunos ingressantes beneficiários de ações afirmativas.
- ***Programa de IC (PIC)***: destinado a todos os alunos de graduação, exceto ingressantes, com financiamento próprio da UFABC.
- ***Programa Institucional de Bolsas de IC (PIBIC)***: destinado a todos os alunos de graduação, exceto ingressantes, com financiamento do CNPq.
- ***Programa Institucional de Bolsas de IC – Ações Afirmativas (PIBIC-AF)***: destinado a todos os alunos de graduação beneficiários de políticas afirmativas, exceto ingressantes, com financiamento do CNPq.
- ***Programa Institucional de Bolsas de IC em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT)***: destinado a todos os alunos de graduação, exceto ingressantes, com pesquisas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação, com financiamento do CNPq.
- ***Programa de IC e Mestrado (PICME)***: destinado a estudantes que se destacaram em Olimpíadas de Matemática. Permite a conclusão da graduação em qualquer área, simultaneamente com um mestrado em matemática.

A ProPes também oferece apoio a estudantes interessados em solicitar bolsas de IC oferecidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual possui regras e critérios próprios. Mais informações sobre editais, prazos e modalidades de bolsas podem ser obtidas no site institucional da ProPes (<https://propes.ufabc.edu.br/>).

Estágios

A realização de estágios é uma oportunidade para experimentar possibilidades de atuação profissional antes da conclusão do curso, contribuindo para a inserção do estudante no mercado de trabalho. A ProGrad atualiza com frequência um painel de vagas em empresas e órgãos públicos conveniados com a universidade. O estágio precisa ser aprovado e cadastrado na UFABC e ter a supervisão de um docente orientador. Mais informações podem ser obtidas no site institucional da ProGrad (<https://prograd.ufabc.edu.br/>).

Iniciação à Docência

A universidade possui programas e ações direcionados a estudantes interessados em atividades de ensino, seja na própria universidade auxiliando um docente em aulas de graduação, seja compartilhando conhecimentos com estudantes que querem ingressar na universidade. As principais ações de iniciação à docência são:

- **Monitoria acadêmica:** oferece vagas para monitores bolsistas e voluntários, auxiliando docentes em cursos regulares de graduação.
- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):** oferece bolsas para atuação em projetos educacionais da universidade em escolas da região do ABC.
- **Programa de Educação Tutorial (PET):** oferece bolsas para a realização de atividades que integram ensino, pesquisa e extensão.

Mais informações sobre estes programas podem ser obtidas no site institucional da ProGrad (<https://prograd.ufabc.edu.br/>).

Cursos de Idiomas

Cada vez mais o conhecimento de línguas estrangeiras é importante na universidade e no mercado de trabalho. O Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL) oferece cursos presenciais de inglês, francês, espanhol e português para estrangeiros, do nível iniciante ao avançado. Os cursos são totalmente gratuitos e os alunos são selecionados a partir de editais divulgados no site institucional do NETEL (<https://netel.ufabc.edu.br/>).

Mobilidade Acadêmica em Universidades Estrangeiras

A universidade incentiva a participação de estudantes em programas de mobilidade acadêmica no exterior. A experiência de viver em outro país e cursar disciplinas em uma universidade estrangeira enriquece a formação acadêmica e traz ganhos para a vida dentro e fora da universidade. A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) é a responsável pelo programa de mobilidade acadêmica e em seu site institucional (<https://ri.ufabc.edu.br/>) é possível encontrar a lista de universidades estrangeiras conveniadas com a UFABC. A seleção para períodos de estudo nestas universidades é feita através de editais. A ARI também apoia estudantes em processos seletivos próprios de universidades não conveniadas.

Monitoria Inclusiva

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) oferece auxílios a discentes que se disponham a atuar como monitores inclusivos, oferecendo suporte a estudantes com deficiência. Estes auxílios são concedidos através de editais divulgados no site institucional da ProAP (<https://proap.ufabc.edu.br/>). O monitor inclusivo deve acolher e acompanhar estudantes PcD em suas atividades acadêmicas, promovendo sua autonomia e adaptação ao ambiente universitário.

Atividades Esportivas

A universidade estimula a participação dos estudantes em atividades esportivas, através da Seção de Esportes e Lazer da ProAP. Além de apoiar iniciativas das entidades estudantis, realiza trabalhos próprios e administra duas quadras poliesportivas no campus de Santo André e três quadras de areia no campus de São Bernardo do Campo. Grupos de estudantes podem fazer reservas para a realização de práticas esportivas.

Acolhimento Psicossocial

O ambiente universitário pode ser desafiador e gerar ansiedade e sofrimento. A ProAP conta com profissionais da psicologia e assistência social que oferecem acolhimento individualizado e qualificado para estudantes enfrentando dificuldades psicossociais relacionadas a atividades

acadêmicas ou a questões pessoais e familiares. Mais informações podem ser obtidas no site institucional da ProAP (<https://proap.ufabc.edu.br/>).

Entidades Representativas dos Estudantes

Os estudantes da UFABC se organizam em centros e diretórios acadêmicos para defender seus interesses na universidade. A participação na gestão de entidades estudantis ou em atividades promovidas por estas entidades favorece a integração, a familiarização com a administração da universidade e a organização em prol das demandas estudantis. A entidade associada ao BPP é o Centro Acadêmico de Políticas Públicas (CAPOL). Estudantes também ocupam vagas em fóruns deliberativos, como a coordenação e a plenária do curso.

Outras Atividades

Programas e ações complementares à formação acadêmica são criados, descontinuados e alterados ao longo do tempo. Portanto, é importante estar atento às informações e notícias divulgadas frequentemente nos sites institucionais das Pró-Reitorias, Núcleos e Assessorias da universidade, como os listados abaixo:

- Pró-Reitoria de Graduação: <https://prograd.ufabc.edu.br/>
- Pró-Reitoria de Pesquisa: <https://propes.ufabc.edu.br/>
- Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas: <https://proap.ufabc.edu.br/>
- Pró-Reitoria de Pós-Graduação: <https://propg.ufabc.edu.br/>
- Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas: <https://netel.ufabc.edu.br/>
- Assessoria de Relações Internacionais: <https://ri.ufabc.edu.br/>

10. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Atividades de extensão compõem cerca de 10% da matriz curricular do BPP, equivalente a 312 horas ou 26 créditos. Deste total, 20 créditos também contribuem para a integralização do BC&H e 4 são obrigatoriamente cumpridos através da disciplina de imersão “Observatório de Políticas Públicas”, ofertada no 12º quadrimestre ideal, restando 2 para a integralização do BPP. Estas atividades buscam promover interações transformadoras entre discentes e outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e pesquisa. A universidade dá protagonismo aos discentes na realização destas atividades, ainda que sejam coordenadas por docentes.

Os créditos de extensão poderão ser obtidos por meio das atividades listadas abaixo, além daquelas previstas no projeto pedagógico do BC&H:

Disciplinas extensionistas de opção limitada do BC&H ou do BPP e disciplinas extensionistas de livre escolha, com créditos de extensão definidos na própria ementa.

Disciplinas ofertadas excepcionalmente com créditos de extensão, quando for aprovada pela plenária do curso em interlocução com a equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) antes do início do quadrimestre letivo.

Ações de extensão da universidade. Para participar, o discente precisa se inscrever nos editais divulgados regularmente pela ProEC ou contactar diretamente o coordenador da ação de interesse.

Outras atividades:

- a) Engajamento em futuros projetos, eventos e atividades extensionistas criados e organizados pelo BPP ou outros cursos, quando aprovados pela ProEC.
- b) Estágios com caráter extensionista, quando for regulamentado.
- c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de caráter extensionista, quando for regulamentado.
- d) Ações registradas no módulo Extensão do Sistema de Gestão Acadêmica.
- e) Demais atividades discentes previstas na resolução ConsEPE nº 253/2022 ou futuras resoluções que a substituam ou complementem.

O cômputo de horas e a comprovação da participação em atividades extensionistas seguirá o disposto na seção 8 do projeto pedagógico do BC&H de 2022.

Créditos de extensão (fator E) de disciplinas são contabilizados no componente curricular “Atividades de Extensão” indicado no quadro-síntese da seção 8.2. Ao cursar uma disciplina de opção limitada de 4 créditos e fator E também igual a 4, por exemplo, o discente obterá 4 créditos de extensão.

A ProEC é a pró-reitoria responsável pela promoção de ações de extensão na universidade. Por isto, é importante atentar-se às informações e notícias divulgadas regularmente em seu site institucional (<https://proec.ufabc.edu.br/>).

11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Para integralizar o BC&H e o BPP, são necessárias 48 horas de atividades complementares, realizadas na UFABC ou em organizações públicas e privadas, em horários que não coincidam com as aulas. Há quatro grupos de atividades que podem ser realizadas: esportivas e culturais; sociais e comunitárias; acadêmicas e profissionais; e atividades de extensão. A pontuação para cada atividade específica é estabelecida pela Resolução CG nº 30/2022, a qual pode ser acessada no site institucional da ProGrad (<https://prograd.ufabc.edu.br/comissao-de-graduacao/resolucoes>). Algumas atividades de extensão podem ser registradas tanto como Atividades Complementares, quanto como Atividades de Extensão, sendo vedada a duplicidade de registro. Assim, é importante que os estudantes planejem suas trajetórias e façam o registro mais adequado a este planejamento. Em caso de dúvidas, é recomendável buscar orientação com a coordenação do curso ou com a Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) da ProGrad.

Estudantes que seguem os projetos pedagógicos de 2015 precisam registrar no mínimo 120 horas de atividades complementares do BC&H e até 140 horas de atividades complementares do BPP, totalizando 260 horas. Estes registros são regulados no BC&H pela Resolução CG nº 30/2022 e no BPP pela Portaria CECS nº 2638/2022.

12 ESTÁGIO CURRICULAR

As DCNs do Campo de Públicas exigem a realização de estágio supervisionado através de atividades de imersão acadêmica ou de estágio propriamente dito.¹¹ Por isto, o currículo do BPP prevê a Imersão como componente curricular integralizador, através da disciplina “Observatório de Políticas Públicas”, ofertada idealmente no 12º quadrimestre.¹² Sob a orientação de um docente, os estudantes participam de atividades em órgãos públicos, interagindo com burocratas, políticos e outros agentes, para se familiarizarem com potenciais áreas de atuação profissional após a graduação. Essas atividades ocorrem geralmente no período de recesso, embora o planejamento e atividades preparatórias sejam desenvolvidas ao longo do quadrimestre regular.

Apesar de o estágio em sua modalidade tradicional não ser obrigatório no BPP, a UFABC oferece oportunidades para a sua realização. Um quadro de vagas em empresas e órgãos conveniados pode ser consultado no site institucional da ProGrad (<https://prograd.ufabc.edu.br/>). Se aprovado no processo seletivo, o estágio precisa ser cadastrado pelo estudante e supervisionado por um professor orientador. Estágios não-obrigatórios de caráter extensionista também são possíveis, pendente apenas uma normativa do curso com as diretrizes para inclusão de créditos extensionistas neste componente curricular.

¹¹ Resolução MEC/CNE nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

¹² A Resolução que regulará a matrícula e a oferta da Imersão no BPP deverá ser aprovada pelo ConCECS em 2023.

13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é desenvolvido ao longo de três quadrimestres. O primeiro ocorre no 10º quadrimestre ideal, através da disciplina “Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas”. Nesta disciplina, os estudantes aprendem técnicas de análise qualitativa e constroem um projeto de pesquisa. O projeto é avaliado ao final do curso e pode seguir tanto uma abordagem qualitativa, quanto uma abordagem quantitativa, com base nos conhecimentos adquiridos na disciplina “Métodos Quantitativos em Políticas Públicas”, ofertada no quadrimestre anterior. A disciplina “Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas” possui quatro créditos, com T-P-E-I igual a 2-2-0-4. Nos dois quadrimestres seguintes, os estudantes podem se matricular nas disciplinas “TCC de Políticas Públicas I” e “TCC de Políticas Públicas II”, quando a pesquisa é de fato realizada sob a supervisão de um professor orientador. Ambas as disciplinas possuem T-P-E-I igual a 0-2-0-6. O trabalho é então apresentado em um colóquio organizado pelo BPP e avaliado por outro docente. Sendo aprovado, o TCC é publicado no repositório do curso.

É possível solicitar a convalidação de TCC aprovado em outro bacharelado da UFABC, desde que seja considerado adequado para o campo de públicas segundo as regras vigentes. Também é possível elaborar TCCs de caráter extensionista, garantindo créditos extras de extensão para o estudante, pendente apenas a regulação desta categoria de TCC pelo ConCECS. A resolução ConCECS que regula a elaboração de TCCs no BPP no momento da aprovação deste projeto pedagógico é a 45, de 16 de outubro de 2019, mas esta deverá ser atualizada oportunamente e publicada nos sites do CECS (<https://cecs.ufabc.edu.br/>) e do BPP (<https://bpp.ufabc.edu.br/>).

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os docentes do BPP têm autonomia para definir o método de avaliação das disciplinas que ministram, podendo envolver provas, trabalhos, exercícios, seminários, participação, dentre outros. Este método deve estar descrito com clareza no plano de ensino e ser comunicado aos discentes matriculados no início do quadrimestre. A UFABC utiliza conceitos como indicadores de desempenho, conforme a descrição abaixo:

A – Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso do conteúdo.

B – Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina.

C – Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados.

D – Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente.

F – Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

O – Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito.

Avaliação Substitutiva

Os discentes que faltarem à avaliação presencial têm direito à avaliação substitutiva, conforme critérios estabelecidos pelo docente e nos casos previstos pela Resolução ConsEPE nº 227, de 23 de abril de 2018.

Avaliação de Recuperação

Os discentes que obtiverem o conceito final D ou F têm direito a fazer uso de mecanismos de recuperação. Os critérios e datas devem constar no plano de ensino disponibilizado aos discentes no início do quadrimestre. O processo de recuperação em disciplinas de graduação é regulamentado pela Resolução ConsEPE nº 182, de 23 de outubro de 2014.

Coefficientes de Rendimento e de Aproveitamento

O conceito obtido em cada disciplina é registrado no histórico escolar do estudante e serve de base para o cálculo do coeficiente de rendimento (CR) e coeficiente de aproveitamento (CA), cujas fórmulas são descritas na Resolução ConsEPE nº 147, de 19 de março de 2013. Estes coeficientes servem de parâmetro para o acesso a disciplinas com alta demanda, seleção de bolsas e matrículas em cursos de formação específica.

15 INFRAESTRUTURA

A UFABC é uma universidade multicampi. Tanto o campus de Santo André como o campus de São Bernardo do Campo possuem biblioteca, laboratórios didáticos de experimentação, de ensino e computação, laboratórios de pesquisa, biotérios de criação e manutenção de animais de experimentação, setores administrativos e salas de docentes.

Campus de Santo André

O 'Bloco A' do Campus de Santo André mede cerca de 39.000 m² e nele está localizada a maior parte das salas de aula, laboratórios de pesquisa e salas de docentes daquele campus. Este bloco possui três torres principais, cada uma relacionada a um centro da universidade: Centro de Engenharias, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS), Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) e Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC). As três edificações estão interligadas por áreas comuns nos primeiros três andares de cada prédio, onde estão instaladas salas de aula da graduação e setores administrativos. Esta ideia de continuidade física entre as 24 áreas da UFABC está em consonância com o seu projeto de criação que visa a interdisciplinaridade como meta principal. Algumas salas de docentes, laboratórios didáticos e de pesquisa, além de salas de aula estão localizados no prédio de onze andares adjacente ao 'Bloco A', denominado 'Bloco B'. Por fim, O 'Bloco L', com área construída de mais de 16.800 m², abriga 72 laboratórios didáticos e de pesquisa dos três Centros, além de lanchonetes e almoxarifado.

Campus de São Bernardo do Campo

O campus de São Bernardo do Campo possui laboratórios didáticos para experimentação e computação nos Blocos 'Alfa' e 'Tau'. O 'Bloco Beta' abriga a biblioteca, anfiteatros e um amplo auditório de 400 lugares. Estão alocados nos laboratórios didáticos do bloco Alfa diversos modelos anatômicos e sistemas de ensino de fisiologia (i-Works). Outros edifícios abrigam laboratórios didáticos específicos das Engenharias ('Bloco Omega'), laboratórios de pesquisa ('Bloco Zeta') e um Biotério de caráter multiusuário de criação e manutenção de animais de experimentação.

15.1 SALAS DE AULA

As salas de aula da UFABC são equipadas com projetor multimídia e um computador. As disciplinas práticas que demandam o uso de computadores e internet são ministradas em laboratórios equipados com 30 a 48 computadores com acesso à Internet, projetor multimídia e softwares relacionados às atividades desenvolvidas. Estão disponíveis também dez lousas digitais, distribuídas em salas específicas de cada centro. Para o uso dessas ferramentas e infraestrutura, os docentes contam com o suporte técnico do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e da Coordenação de Laboratórios Didáticos (CLD).

15.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS

O Sistema de Bibliotecas da UFABC atende às demandas informacionais da comunidade interna e externa à universidade e é formado por unidades localizadas nos campi de Santo André e São Bernardo do Campo. As bibliotecas que compõem o sistema possuem amplo e diversificado acervo, com aproximadamente 100.000 exemplares de livros físicos e 42.000 títulos de livros eletrônicos, incluindo todas as coleções da editora Springer Nature entre os anos de 2005 e 2014, todos os títulos publicados pela editora Wiley em 2016 e os títulos da editora Ebsco

referentes à coleção EbscoHost. Também dispõem de títulos resultantes de assinaturas anuais com outras editoras, como a Elsevier, Cengage Learning e Wiley, além de uma filmoteca com mais de mil títulos de filmes.

O SisBi dispõe ainda de um sistema chamado SophiA, que permite o acesso ao seu catálogo e portal na internet com informações sobre seus serviços e conteúdos externos, como: o sistema Scielo, que contempla periódicos científicos brasileiros; o sistema Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); o sistema COMUT, que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais; e o Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma seleção de fontes de informação científica e tecnológica, de acesso gratuito. Atualmente, o portal dispõe de 34.457 periódicos eletrônicos relacionados às diversas áreas do conhecimento e permite o acesso a mais de 2.000 bases de dados.

Convênios também são estabelecidos pelo SisBi, como o serviço de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), que fomenta a cooperação e potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país. Outro convênio importante é com o IBGE, que tem por objetivo ampliar para a sociedade o acesso às informações produzidas por meio de cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. O SisBi passou a ser depositário das publicações editadas por este órgão.

As unidades de bibliotecas atendem à comunidade de segunda a sexta, das 8 às 22h, mantendo-se em uma estrutura física com área total de 4.529 m², onde se distribuem 521 assentos e terminais de consulta. Buscando promover a reflexão crítica nos espaços universitários, bem como a interação com os diversos públicos, desenvolvem ainda programas e projetos culturais como o CineArte, exibido também ao ar livre, o PublicArte, Saraus e Exposições.

15.3 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

A ProGrad possui em sua infraestrutura um grupo de laboratórios compartilhados por todos os cursos de graduação. A Coordenadoria dos Laboratórios Didáticos (CLD), vinculada à ProGrad, é responsável pela gestão administrativa dos laboratórios didáticos e pela interface entre docentes, discentes e técnicos de laboratório nas diferentes áreas, garantindo o bom andamento das atividades práticas em laboratório dos cursos de graduação.

A CLD é composta por um Coordenador dos Laboratórios Úmidos, um Coordenador dos Laboratórios Secos e um Coordenador dos Laboratórios de Informática e Práticas de Ensino, além de uma equipe técnico-administrativa. Dentre as atividades da CLD destacam-se o atendimento diário a toda a comunidade acadêmica, a elaboração da Política de Uso e Segurança dos Laboratórios Didáticos e a análise e adequação da alocação de turmas nos laboratórios em cada quadrimestre letivo, garantindo a adequação dos espaços às atividades propostas em cada disciplina e a melhor utilização de recursos da UFABC. A CLD também gerencia a infraestrutura dos laboratórios didáticos, materiais, recursos humanos, treinamento, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos.

Os laboratórios são dedicados às atividades didáticas práticas que necessitam de infraestrutura específica e diferenciada não atendida por uma sala de aula convencional. São quatro diferentes categorias de laboratórios didáticos disponíveis para os usos dos cursos de graduação da UFABC: secos, úmidos, de informática e de prática de ensino. Os Laboratórios Didáticos Secos são espaços destinados às aulas da graduação que necessitam de uma infraestrutura com bancadas

e instalação elétrica e/ou instalação hidráulica e/ou gases, uso de kits didáticos e mapas, dentre outros. Os Laboratórios Didáticos Úmidos são espaços destinados às aulas da graduação que requerem manipulação de agentes químicos ou biológicos, uma infraestrutura com bancadas de granito, com capelas de exaustão e com instalações hidráulica, elétrica e de gases. Os Laboratórios Didáticos Práticas de Ensino são espaços destinados a dar suporte aos cursos de licenciatura, propiciando o desenvolvimento de habilidades e competências para docência na educação básica. Finalmente, os Laboratórios Didáticos de Informática são espaço para aulas utilizando recursos de tecnologia de informação como microcomputadores, acesso à internet, linguagens de programação, softwares, hardwares e periféricos.

Anexo aos laboratórios, há salas de suporte técnico que acomodam quatro técnicos de laboratório. Estes técnicos auxiliam em atividades de graduação, pós-graduação e extensão (projetos de disciplinas, iniciação científica, mestrado e doutorado), participam dos processos de compras compilando a minuta dos materiais necessários, fazem controle de estoque de materiais, cooperam com os professores durante a realização de testes e experimentos nas disciplinas e preparam o laboratório para aulas práticas. Durante as aulas, oferecem apoio para professores e estudantes em experimentos repondo materiais, auxiliando no uso de equipamentos e prezando pelo bom uso do laboratório. Para isso, os técnicos são alocados previamente em determinadas disciplinas, conforme a sua formação (eletrônica, eletrotécnica, materiais, mecânica, mecatrônica, edificações, química, biologia e informática). Os técnicos trabalham em horários alternados, possibilitando o apoio às atividades práticas das 8 às 23h. Além dos técnicos, a sala de suporte armazena alguns equipamentos e kits didáticos utilizados nas disciplinas. Há também a sala de suporte técnico, que funciona como almoxarifado, armazenando equipamentos e kits didáticos.

A UFABC dispõe ainda de uma oficina mecânica de apoio, com quatro técnicos especializados na área, que atende à demanda de toda a comunidade acadêmica (centros, graduação, extensão e prefeitura universitária) para a construção e reparos de kits didáticos e dispositivos de equipamentos usados no ensino e pesquisa. Além disso, auxiliam os discentes na construção e montagem de trabalhos de graduação, pós-graduação e projetos acadêmicos. A oficina mecânica atende das 8 às 17h e está equipada com as seguintes máquinas operatrizes: torno CNC, centro de usinagem CNC, torno mecânico horizontal, fresadora universal, retificadora plana, furadeira de coluna, furadeira de bancada, esmeril, serra de fita vertical, lixadeira, serra de fita horizontal, prensa hidráulica, máquina de solda elétrica TIG, aparelho de solda oxiacetilênica, calandra, curvadora de tubos, guilhotina e dobradora de chapas. Além disso, a oficina mecânica possui duas bancadas e ferramentas para trabalhos manuais, como chaves para aperto, limas, serras manuais, alicates de diversos tipos, torquímetros, martelos, ferramentas de corte de uso comum em mecânica e ferramentas manuais elétricas, como furadeiras manuais, serra tico-tico e grampeadeira. Há ainda instrumentos de medição comuns em metrologia, como paquímetros analógicos e digitais, micrômetros analógicos com batentes intercambiáveis, micrômetros para medição interna, esquadros e goniômetros, traçadores de altura, desempenho, escalas metálicas, relógios comparadores analógicos e digitais e calibradores. Com estes equipamentos e ferramentas, é possível a realização de uma ampla gama de trabalhos de usinagem, ajustes, montagem e desmontagem de máquinas e de componentes mecânicos.

A alocação de laboratórios didáticos para as turmas de disciplinas com carga horária prática ou aquelas que necessitem do uso de um laboratório é feita pelo coordenador do curso a cada quadrimestre, durante o período estipulado pela ProGrad. O docente com carga horária alocada nos laboratórios didáticos é responsável pelas aulas práticas da disciplina, não podendo se ausentar do laboratório durante o período de aula. Atividades como treinamentos, instalação ou manutenção de equipamentos nos laboratórios didáticos ou aulas pontuais são previamente

agendadas com a equipe técnica responsável e acompanhadas por um técnico de laboratório. Todos os cursos podem realizar diferentes atividades nos laboratórios compartilhados, otimizando o uso dos recursos materiais e ampliando as possibilidades didáticas dos docentes da universidade.

15.4 NÚCLEO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E ENSINO DE LÍNGUAS (NETEL)

O apoio pedagógico para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas diferentes modalidades de ensino e aprendizagem (presencial e EaD) é realizado pelo Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL), uma unidade administrativa da UFABC. O NETEL está organizado em quatro divisões (Tecnologias da Informação e Audiovisual, Administrativa, Comunicação e Idiomas) e oferece cursos de extensão e oficinas para formação continuada de docentes interessados na integração de novas metodologias e tecnologias digitais nas suas práticas de ensino. Os cursos e oficinas são oferecidos periodicamente nas modalidades presencial e EaD, possibilitando a formação e a atualização em diferentes domínios, como: docência com tecnologias, desenvolvimento de objetos de aprendizagem, jogos digitais educacionais, videoaulas, webconferência, lousa digital, metodologias ativas de ensino, e ferramentas digitais de apoio à aprendizagem. Para apoiar a oferta de disciplinas na modalidade EaD, outras iniciativas formativas do NETEL são os cursos: Planejamento de Cursos Virtuais, que estimula a reflexão e compartilhamento de ideias sobre estratégias; Ferramentas e Métodos, que apoia a criação de espaços virtuais de aprendizagem; e Formação de Tutores para EaD, que tem como objetivo capacitar discentes de graduação e pós-graduação e pessoas interessadas em atuar como tutores/monitores. Para apoiar o docente na criação e oferta de disciplinas na modalidade EaD, o NETEL conta com uma equipe de profissionais da área de Design Instrucional e especialistas no desenvolvimento de recursos educacionais abertos (REA), como objetos de aprendizagem e jogos educacionais. O NETEL possui também a divisão de Tecnologias da Informação e Audiovisual com infraestrutura completa de estúdio e equipamentos para gravação de videoaulas e podcasts. O estúdio proporciona apoio à comunidade acadêmica em diversos projetos de extensão e outras iniciativas que demandam o uso de recursos audiovisuais, como filmagem de aulas e palestras. Em 2019, o NETEL incorporou a Divisão de Idiomas, responsável por desenvolver a política linguística da UFABC. Esta divisão oferta cursos de línguas gratuitos e presenciais, como de inglês, português, espanhol e francês.

Com o objetivo de compreender as potencialidades de uso das TIC e sua influência nos processos de ensino e aprendizagem, muitos pesquisadores da UFABC têm desenvolvido pesquisas interdisciplinares nas áreas de Educação, Ensino, Ciência da Computação, Comunicação, dentre outras. Neste contexto, os docentes envolvidos no NETEL, em parceria com outros docentes da UFABC, desenvolvem pesquisas com a finalidade de renovação e atualização constante das TIC para aplicação em práticas de ensino. Em 2023, o NETEL e a Reitoria da UFABC estabeleceram um protocolo de intenções com as outras sete instituições públicas de ensino superior do Estado de São Paulo (UNIVESP, UNIFESP, USP, UNICAMP, UFSCar, IFSP e FATEC) referente à Rede de Apoio Ao Ensino Superior, que é um espaço reunindo docentes, gestores e demais profissionais das instituições conveniadas que tenham envolvimento e/ou responsabilidade com os processos de formação inicial e continuada de docentes do Ensino Superior. A rede pretende compartilhar experiências formativas em busca do desenvolvimento conjunto de novas diretrizes e investigações acerca da Pedagogia Universitária, com vistas a fomentar práticas docentes socialmente referenciadas, capazes de articular ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmico-pedagógica em consonância com a legislação vigente e as demandas do Ensino Superior no século XXI.

15.5 ACESSIBILIDADE

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) possui um Núcleo de Acessibilidade, responsável por executar as políticas de assistência estudantil direcionadas aos estudantes com deficiência. O núcleo orienta o corpo docente, acolhe os estudantes respeitando suas especificidades, difunde e oferece Tecnologias Assistivas, dá suporte de monitoria acadêmica nas disciplinas da graduação, disponibiliza tradução e interpretação de LIBRAS, além de ofertar programas de subsídios financeiros propostos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Essas ações e projetos são baseados no conceito de desenho universal, conforme a legislação vigente, e buscam eliminar as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação das pessoas com deficiência, promovendo sua autonomia e inclusão.

16 DOCENTES

Todos os docentes credenciados e alocados em disciplinas pelo BPP são doutores e atuam em regime de dedicação exclusiva. A tabela abaixo apresenta a relação de docentes em 2022. A lista atualizada pode ser consultada no site institucional do curso (<https://bpp.ufabc.edu.br/>).

Nome	Área de Formação (Doutorado)
Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo	Política Científica e Tecnológica
Alessandra Teixeira	Sociologia
Ana Maria Dietrich	História Social
Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky	História Econômica
Arlene Martinez Ricoldi	Sociologia
Artur Zimerman	Ciência Política
Camila Caldeira Nunes Dias	Sociologia
Carolina Gabas Stuchi	Direito do Estado
Cláudio Luis de Camargo Penteado	Ciências Sociais
Diego Sanches Corrêa	Ciência Política
Gabriela Spanghero Lotta	Ciência Política
Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes	Ciência Política
Jessé José Freire de Souza	Sociologia
Klaus Frey	Ciências Sociais
Luciana Pereira	Engenharia de Produção
Lúcio Nagib Bittencourt	Administração Pública e Governo
Marcos Vinícius Pó	Administração Pública e Governo
Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha Marinho	História Social
Maria Livia de Tommasi	Sociologia
Maria Luiza Levi Pahim	Medicina Preventiva
Miguel Said Vieira	Educação
Neusa Serra	Engenharia de Produção
Paulo Sérgio da Costa Neves	Sociologia e Ciências Sociais
Regimeire Oliveira Maciel	Ciências Sociais
Roberta Guimarães Peres	Demografia
Salomão Barros Ximenes	Direito do Estado
Sérgio Amadeu da Silveira	Ciência Política
Sidney Jard da Silva	Ciência Política
Vanessa Elias de Oliveira	Ciência Política
Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior	Ciências Sociais
Wilson Mesquita de Almeida	Sociologia

16.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do BPP atua no processo de concepção, implementação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Sua composição é renovada periodicamente e publicada no site institucional do curso (<https://bpp.ufabc.edu.br/>). Em 2023, o NDE era composto pelos professores Sidney Jard da Silva (presidente), Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, Diego Sanches Corrêa, Maria Luiza Levi Pahim, Roberta Guimarães Peres e Salomão Barros Ximenes. Estes membros foram nomeados pela portaria CECS nº 3215/2023, de 24 de março de 2023.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Assim como todas as instituições de ensino superior (IES), a UFABC e seus cursos são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).¹³ Todas as IES possuem uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável por conduzir processos internos de avaliação e prestar informações ao INEP. A CPA da UFABC é autônoma em relação a outros órgãos da universidade e tem em sua composição membros do corpo docente, discente, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil. O seu regimento interno, planos de trabalho e relatórios podem ser acessados no site institucional da UFABC (<https://www.ufabc.edu.br/administracao/comissoes/cpa>).

Membros do corpo docente e discente do BPP participaram ativamente da institucionalização da CPA da UFABC, seja como representantes eleitos ou como coordenadores, contribuindo para a consolidação de uma cultura de autoavaliação institucional da universidade. Já foram membros da CPA os professores Carolina Gabas Stuchi (coordenadora de 2019 a 2022), Gabriela Lotta, Marcos Pó (coordenador de 2014 a 2019) e Maria Luiza Pahim Levi, além dos estudantes Renato Bilotta da Silva e Tatiane Mayumi Yanaze Picolo. A Comissão elabora relatórios anuais com análises de indicadores produzidos por instrumentos próprios e de outros setores da universidade. As avaliações realizadas e publicadas cobrem os cinco eixos do SINAES: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física.

No que tange à avaliação específica do BPP e seu projeto pedagógico, a coordenação e o NDE produzem anualmente um relatório de avaliação de suas disciplinas com base em questionários obrigatórios preenchidos pelos discentes no ato de matrícula. Nestes questionários, os estudantes avaliam diferentes dimensões das disciplinas que cursaram, como a didática, o método de ensino e a acessibilidade dos professores, a infraestrutura das salas de aula e a qualidade do conteúdo do curso. Além de inserir um conceito para cada item avaliado, os discentes podem também fazer comentários. Relatórios de todos os cursos são reunidos pela ProGrad e servem de subsídio para a avaliação realizada pela CPA. Em reuniões da coordenação, do NDE e da plenária, os dados relativos ao BPP são objeto de discussão e subsidiam propostas para a contínua melhoria das disciplinas ofertadas.

Além disso, os discentes do BPP fazem a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) desde 2015. Este exame é responsável por renovar o reconhecimento do curso junto ao MEC em cada ciclo avaliativo. Nas duas oportunidades em que o BPP foi avaliado pelo ENADE, o curso obteve a nota máxima, atestando sua excelência e contribuição para a formação de profissionais do Campo de Públicas.

¹³ O SINAES foi instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, antes da criação da universidade.

18 ROL DE DISCIPLINAS

Sigla	Nome	T	P	E	I	Créditos	Carga horária
BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	0	2	2	24
BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	0	4	3	36
BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	0	5	4	48
BCL0306-15	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	3	0	0	4	3	36
BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	0	4	3	36
BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	0	4	4	48
BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	0	4	4	48
BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	0	4	3	36
BHQ0004-19	Estudos de Gênero	3	0	0	4	3	36
BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	0	4	3	36
BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	0	4	4	48
BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	0	4	4	48
BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	0	4	3	36
BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	0	4	4	48
BHO1102-19	Introdução à Economia	3	0	0	4	3	36
BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	0	4	3	36
BHO0002-19	Introdução ao Pensamento Econômico	3	0	0	4	3	36
BHO0001-19	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais	2	0	0	3	2	24
BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	0	4	4	48
BHS0005-19	Práticas em Ciências e Humanidades	1	2	0	4	3	36
BHP0202-19	Temas e Problemas em Filosofia	3	0	0	4	3	36
BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	0	4	4	48
ESHP031-22	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	2	2	0	4	4	48
ESHP009-22	Burocracia e Implementação de Políticas Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	0	4	4	48
ESHP005-13	Conflitos Sociais	4	0	0	4	4	48
ESHP022-14	Cultura Política	4	0	0	4	4	48
ESHP012-22	Direito Administrativo	4	0	0	4	4	48
ESHP013-22	Direito Constitucional	4	0	0	4	4	48
ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	0	0	4	4	48
ESHP007-13	Federalismo e Políticas Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHP023-22	História das Instituições Políticas Brasileiras	4	0	0	4	4	48
ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHP014-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHT010-17	Métodos de Planejamento	3	1	0	4	4	48
ESHP024-22	Métodos Qualitativos e Desenho de Pesquisa para o TCC de Políticas Públicas	2	2	0	4	4	48
ESHP016-22	Métodos Quantitativos em Políticas Públicas	2	2	0	4	4	48
ESHP024-22	Observatório de Políticas Públicas	0	4	4	4	4	48
ESHP030-22	Orçamento Público	4	0	0	4	4	48
ESHP026-14	Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHP032-22	Poder Legislativo e Processo Decisório	4	0	0	4	4	48
ESHP027-14	Poder Local	4	0	0	4	4	48
ESHP028-22	Políticas Digitais, Dados e Gestão Algorítmica	4	0	0	4	4	48
ESHP018-14	Políticas Sociais	4	0	0	4	4	48
ESHP019-22	Regimes e Formas de Governo	4	0	0	4	4	48

ESHP029-14	Teoria e Gestão de Organizações Públicas	4	0	0	4	4	48
ESHP902-22	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas I	0	2	0	6	2	24
ESHP903-22	Trabalho de Conclusão de Curso de Políticas Públicas II	0	2	0	6	2	24
ESHP021-13	Trajetórias das Políticas de CT&I no Brasil	4	0	0	4	4	48

Legenda

	Disciplinas Obrigatórias do BC&H
	Disciplinas Obrigatórias do BPP